

# **VIOLÊNCIA E SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO NÚCLEO DE EXTENSÃO POPULAR FLOR DE MANDACARU NA SISTEMATIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE ASSASSINATOS DE LGTBs NA PARAÍBA**

Ana Carolina Oliveira Lopes<sup>1</sup>  
Éssica de Almeida Lima<sup>2</sup>  
Júlia Carla Duarte Cavalcante<sup>3</sup>  
Iasmim Alves Ferreira de Carvalho<sup>4</sup>  
Orientadora: Ana Lia Vanderlei de Almeida<sup>5</sup>

*<sup>234</sup>Graduandas em Direito pela Universidade Federal da Paraíba; integrantes do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru. caroliveira03@gmail.com, essica123@gmail.com, julia-una@hotmail.com, iasmimafc18@gmail.com*

*<sup>5</sup>Orientadora: Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (2009) e doutoranda pela mesma instituição. É professora do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba. liafdr@yahoo.com.br*

## **Resumo**

O estudo se dá a partir de revisão bibliográfica e documental com base nos relatórios de assassinatos de LGTBs na Paraíba disponibilizados pelo Movimento do Espírito Lilás (MEL) e pela Delegacia de Crimes Homofóbicos da Paraíba entre os anos de 2011 a 2014. Procura-se identificar, através da análise de casos, aspectos que caracterizam a violência que atinge a população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBT) a relação destas violências com as opressões de gênero e sexualidade, em meio à conjuntura de uma sociedade conservadora, refletindo acerca dos crimes de ódio contra LGTBs e compreendendo a construção desses relatórios, através da experiência do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP), como instrumento de visibilidade à questão e de fortalecimento da luta contra tal violência.

Observa-se, a partir desta análise, a descaracterização destes crimes enquanto crimes de ódio, relativizando a condição de vítima dos sujeitos LGBT, assim como o entrecruzamento das opressões de gênero e de sexualidade às opressões de raça e classe social, além do processo de marginalização do trabalho em que esses sujeitos estão inseridos.

Diante dessa conjuntura, enxerga-se a importância de o movimento LGBT "contar os seus mortos" a partir destes relatórios. É através da denúncia da realidade e, lembrando os que se foram de maneira tão brutal por viver sua sexualidade, que o movimento permanece na luta por reconhecimento, respeito e garantia de direitos, fazendo com que essas estatísticas contraponham-se a discursos invisibilizantes que descaracterizam a realidade de violência vivida pela população LGBT.

**Palavras-chave:** Violência, Gênero, Sexualidade, Relatório de assassinatos LGBT.

## Introdução

Apenas no ano de 2013, um/a LGBT<sup>1</sup> morreu a cada 28 horas no Brasil. A violência presente nos interstícios da vivência da sexualidade fora dos padrões tornou-se parte do cotidiano do movimento LGBT e daqueles sujeitos que se identificam com uma das letras desta sigla.

Em contrapartida das conquistas na pauta LGBT, seja através da legislação ou pela execução de políticas públicas específicas para estes sujeitos, vê-se o avanço, em sentido contrário do conservadorismo e dos discursos de ódio propagados pela sociedade, pela mídia e pelas autoridades. Discursos estes que legitimam a violência que atinge esses sujeitos, relativizando-a e naturalizando-a.

Discute-se, portanto, através da experiência do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP) na construção dos relatórios de assassinatos LGBT na Paraíba, como esses discursos procuram relativizar a condição de vítima desses sujeitos, bem como a presença de violências desmedidas e as brutalidades presentes no *modus operandi* desses crimes permitem classificá-los como crimes de ódio.

O NEP é um projeto de extensão vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, o qual atua assessorando juridicamente movimentos sociais e associações populares a partir da perspectiva de educação popular de Paulo Freire, fazendo uma escolha política de atuação com os sujeitos da classe trabalhadora. E o NEP, a partir de uma ação articulada entre a Universidade e Movimento LGBT, atuou, no ano de 2014 na sistematização dos dados de assassinatos de LGBTs na Paraíba.

Em 1980, o Grupo Gay da Bahia (GGB) adotou um instrumento de luta, o qual posteriormente seria adotado por outros movimentos LGBT do Brasil. O GGB passou a arquivar informações sobre violência contra homossexuais, reunindo o registro de assassinatos a partir de notícias nos meios de comunicação e pelos relatos oferecidos por parentes das vítimas e membros do movimento. Na Paraíba, o MEL, por volta da década de 1990, passou a elaborar relatórios adotando a mesma metodologia até o ano de 2013.

Analisa-se também a importância da construção desses relatórios como estratégia e instrumento de luta desses sujeitos na busca pela efetivação de direitos fundamentais e como estes podem dar visibilidade às reivindicações do movimento LGBT, pois assim, denunciam-se as violências presentes no cotidiano desses sujeitos,

## Metodologia

Este trabalho se dá através de revisão bibliográfica e documental, principalmente com base nos relatórios de assassinatos de LGBTs na Paraíba disponibilizados pelo Movimento LGBT, em especial, o MEL (Movimento do Espírito Lilás). Assim como análise dos dados já sistematizados pela Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Governo do Estado da Paraíba e pela Delegacia Especializada contra Crimes Homofóbicos<sup>2</sup>, entre os anos de 2011 e 2014, procurando identificar aspectos que caracterizam os crimes de ódio contra LGBTs e compreender a elaboração desses

---

<sup>1</sup> Sigla que se refere aos sujeitos que se reconhecem enquanto lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros.

<sup>2</sup> A Delegacia Especializada contra Crimes Homofóbicos foi criada em 2010 pelo Governo do Estado, sendo a Paraíba, à época, o único estado que tinha uma delegacia especializada para apurar as violências contra LGBTs. Isso mostra que, de alguma forma, o estado reconhece o grande número de casos de violência de acontecem contra estas vítimas.

relatórios enquanto estratégia de militância voltada à conquista de direitos. O estudo também tem por base a vivência e a experiência dos e das extensionistas do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP), que, em constante contato com o Movimento LGBT, procuram compreender o entrecruzamento de opressões que se encontra presente na violência que vitimiza os sujeitos LGBTs.

## Resultados e Discussões

### 1. Extensão popular e as lutas da classe trabalhadora

O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru é um grupo de extensão vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (CCJ/UFPB) que reúne estudantes dos mais diversos cursos com o intuito de romper com práticas tradicionais no campo das extensões universitárias, em especial com o modelo extensionista difundido nas faculdades de Direito; a atividade do Núcleo “compreende o direito, mas não se esgota nele” (ALMEIDA, 2014). O NEP se reconhece enquanto um núcleo de assessoria jurídica universitária popular (AJUP), expressão que se relaciona com diversas práticas jurídicas e políticas junto à classe trabalhadora e aos sujeitos subalternizados da sociedade. A escolha por trabalhar com esses sujeitos parte de uma orientação ideológica<sup>3</sup> do agir na sociedade, no sentido de confrontar a ordem – em especial a ordem jurídica, tradicionalmente conservadora e elitizada - e atribuir à extensão universitária uma práxis libertadora.

Os/as estudantes, a partir desta práxis, vão além da Universidade e dialogam constantemente com organizações populares, movimentos sociais e sindicatos participando de protestos por direitos sociais, acompanhando ações processuais coletivas, fazendo trabalho de base em comunidades e atividades que contribuem para o fortalecimento destas organizações. Norteados/as pelos princípios da educação popular de Paulo Freire enquanto prática político-pedagógica, os/as extensionistas do NEP procuram compreender esses sujeitos como atores de sua própria transformação. Luana Dorziat, (ex-integrante do núcleo) em monografia de conclusão de curso expõe que, no desenvolvimento de suas atividades, o NEP procura:

interligar as demandas e pautas políticas desses sujeitos com as atividades de ensino e pesquisa da universidade, para promover a aproximação dos estudantes com a realidade e as lutas daqueles movimentos. Esse princípio delimita as ações do NEP junto à comunidade, objetivando a superação da mera assistência jurídica, com base na visão de Educação Popular, que toma os sujeitos como atores sociais. Isso significa dizer que, além de os estudantes universitários acompanharem juridicamente as demandas vindas dos trabalhadores rurais, junto aos seus advogados, eles também atuam dialogicamente junto aos sujeitos envolvidos no conflito fundiário. Buscam, dessa

---

<sup>3</sup> Na compreensão de Ana Lia Almeida, as ideologias são “processos de consciência orientados para a ação, que legitimam certos posicionamentos (sejam de conservação ou de transformação da ordem) existentes em função de interesses conflitantes das classes e grupos presentes na sociedade”. Este modo de compreender a ideologia remete a certas formulações teóricas marxianas, bem como as dos marxistas húngaros Gyorgy Lukács (Para uma ontologia do ser social II) e István Mészáros (O Poder da Ideologia), “para quem a ideologia é constituída objetivamente como “uma consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos””(ALMEIDA,2014).

forma, compreender as suas lutas e sua condição no mundo, desenvolver reflexões e a tomada de consciência da realidade sócio-econômico-político-cultural junto a esses sujeitos e apoiar as ações transformadoras construídas pela comunidade (DORZIAT, 2013, p. 13).

Apesar de o feminismo ser sempre pautado nas atuações políticas e acadêmicas do NEP, foi a partir do ano de 2013 que o NEP se aproximou ainda mais da luta das mulheres com a frente intitulada Feminismo e Luta das Mulheres, que acompanhou o caso Queimadas, caso emblemático de estupro coletivo ocorrido no estado da Paraíba, no município de Queimadas, que teve recentemente como desfecho a condenação do mentor do crime, condenação este resultado da luta do movimento de mulheres do estado que não se cansaram até obterem justiça. Também, na frente “trabalho” o núcleo acompanhou demandas jurídicas junto ao sindicato das Trabalhadoras Domésticas de João Pessoa, como a partir dos princípios de Paulo Freire, organizou com o sindicato formações acerca da EC nº 72/2013, que disciplinava novos direitos trabalhistas advindos com a equiparação dos/as trabalhadores/as domésticos/as aos/às trabalhadores/as urbanos/as e rurais.

Deste modo, o núcleo buscava compreender o entrecruzamento de opressões que atingem diretamente a mulher em inúmeras formas de manifestação da violência e quais são as implicações destas violências no mundo do trabalho. Neste entrecruzamento de opressões, é visível como as opressões de classe e a raça se constroem nas opressões de gênero, no momento em que resta a essas mulheres ocuparem o espaço público, através do mundo do trabalho, de forma subalternizada.

## 2. O NEP e a luta do Movimento LGBT na construção do relatório de assassinatos

Contudo, o NEP, como fruto do seu amadurecimento teórico e político, procurou entender as opressões de gênero e sexualidade para além da mulher, compreendendo outros sujeitos dessas opressões. Apesar de o NEP analisar tradicionalmente o feminismo dentro da tradição marxista, o contato com as questões da sexualidade nos levou a procurar outras teorias que pudessem explicar a vivência da sexualidade por esses sujeitos e como esta vivência está atrelada às desigualdades sociais que se fazem dentro da sociedade capitalista, na busca de entender as opressões de gênero e como elas se relacionam com outras opressões, sejam elas de classe, raça, sexualidade, conciliando o marco teórico marxista aos estudos pós-estruturalistas. Desse modo, a partir de um contato primário com o Movimento LGBT da Paraíba, em especial o Movimento do Espírito Lilás (MEL), o NEP decidiu construir em parceria com o movimento a luta pela visibilidade e pela garantia de direitos dos sujeitos LGBT.

Além do acompanhamento jurídico das demandas do movimento e da participação em atos políticos por ele organizados, o NEP, a partir de uma relação recíproca e dialógica, passou a construir e sistematizar os relatórios de assassinatos LGBT na Paraíba em parceria com o movimento de gays, lésbicas, transexuais e transgêneros do estado. A partir de conversas com uma das lideranças do MEL, foi colocada ao NEP a tarefa de coletar dados de assassinatos LGBT no estado e sistematizá-los de forma a apresentá-los em público como estratégia de luta do movimento.

Em 1980, o Grupo Gay da Bahia (GGB), um dos principais grupos brasileiros em defesa dos direitos da Comunidade LGBT, adotou um instrumento de luta, o qual posteriormente seria adotado pelos demais movimentos LGBT do Brasil e também pelo MEL na Paraíba. O GGB, segundo seu fundador, Luiz Mott, “passou a arquivar

informações sobre violência contra homossexuais, tendo reunido o registro documentado de assassinatos” a partir daqueles noticiados nos meios de comunicação e pelos relatos oferecidos por parentes das vítimas e membros do movimento (RAMOS; CARRARA, 2006). Na Paraíba, motivado pela experiência destes outros grupos brasileiros, o Movimento do Espírito Lilás (MEL), por volta da década de 1990, passou também a elaborar estes relatórios, sistematizando os dados até o ano de 2013. Assim como o GGB, o MEL sistematizou os dados a partir de notícias coletadas na internet e em outros meios de comunicação, como a partir de relatos fornecidos por amigos/as e familiares das vítimas e pessoas ligadas ao movimento.

O esforço do movimento LGBT na sistematização destes dados se dá na busca de uma postura mais pragmática de luta voltada à garantia de direitos (RAMOS; CARRARA, 2006) e à denúncia do universo de violência em que se inserem estes sujeitos. Estes relatórios têm o intuito precípua de tornar pública a violência que circunda a vivência da sexualidade fora dos padrões impostos pela sociedade. A construção destes relatórios vem, portanto, de alguma forma, buscar “humanizar” as mortes desses sujeitos, bem como afastar o discurso de “naturalização” dessas mortes, discurso este que está intimamente ligado ao processo de “naturalização” do preconceito e da LGBTfobia<sup>4</sup>, principalmente na Paraíba, que segundo estatísticas dos movimentos LGBT, é o quarto estado que mais mata LGBT no Brasil<sup>5</sup>.

Segundo o GGB, em 2012 foram registrados 338 assassinatos<sup>6</sup> motivados por LGBTfobia. De acordo com o mesmo grupo, em 2013 morreram 312 LGBTs no Brasil. Isso significa que, a cada 28 horas, um/a LGBT morreu vítima de algum tipo de preconceito relacionado à vivência da sexualidade por esses sujeitos. De acordo com dados sistematizados pelo MEL, 21 mortes ocorreram no ano de 2011. A Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba junto à Delegacia Especializada Contra Crimes Homofóbicos, em 2013, 21 LGBTs foram assassinados/as<sup>7</sup>. Estes dados

---

<sup>4</sup> O termo LGBTfobia é um termo que vem contestar o uso do termo homofobia para caracterizar todas as violências e as opressões vivenciadas pelos sujeitos LGBT em razão da vivência da sexualidade fora dos padrões heteronormativos. É, portanto, “um termo que utilizamos para designar o conjunto de violências contra LGBTs”. Tratam-se de lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia; estas são específicas, pois se dão de forma diferente a depender do sujeito. “Lésbicas sofrem lesbofobia, determinado tipo de violência, por serem lésbicas e mulheres e estarem, antes de tudo, submetidas ao machismo e ao patriarcado, como forma de dominação de seus corpos” e de sua sexualidade. Elas acabam sofrendo violências específicas como “estupros corretivos” como forma de “corrigir” sua sexualidade. “No caso de homossexuais, as homofobias se dão por motivos também ímpares, que, de certo modo, são perpassados pela lógica autoritária de machistas” que rejeitam outras formas de viver a sexualidade. “Em relação às travestis e às pessoas trans, estas têm agravantes e são vítimas de transfobia porque, principalmente, não têm identidade de gênero condizente com seus sexos biológicos, rompem com a lógica de normalidade heterossexual e, sobretudo, são excluídas e marginalizadas nos espaços públicos, quando são femininas (é a identidade de gênero das travestis e das mulheres lésbicas, não coincidentemente ambas são rejeitadas e subjugadas por homens) e quando são masculinizadas (homens transexuais – que nasceram com sexo feminino, mas não se identificam com ele – sofrem com estupros corretivos e invisibilidades sociais porque, afinal, fogem à regra e, antes, tiveram formação de vida de mulheres, consideradas “sexo de segunda categoria” por homens que as controlam, dominam, exploram e mantêm sob suas ordens)” (BERGAMIN; ALENCAR, 2013, p. 3).

<sup>5</sup> Dados disponibilizados pelo blog Quem a homotransfobia matou hoje. Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/>. Acesso em: 21/04/15.

<sup>6</sup> Dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) em 2013 no Relatório de Assassinatos de Homossexuais. “De acordo com a lista, 312 LGBTs foram assassinados no ano passado, o que significa uma morte a cada 28 horas. Os números representam um decréscimo de 7,7% na comparação com o ano anterior quando houve 338 mortes, mas um aumento de 14,7% na comparação com o primeiro ano do governo Dilma quando 266 homossexuais foram vítimas fatais”. Disponível em: <http://blogs.odia.ig.com.br/lgbt/2014/02/12/brasil-tem-uma-morte-de-lgbt-a-cada-28-horas-aponta-estudo/>. Acesso em: 10/11/14.

apenas comprovam a realidade alarmante de como a violência está presente na intimidade do movimento LGBT.

Mais alarmantes se tornam esses números quando analisadas as características destes crimes e como se deram estas mortes. “Os acusados desferiram 106 facadas em Marcos da Silva<sup>8</sup>, sendo 35 delas no ânus e o restante pelo corpo, após saírem com a vítima e ela não pagar o acordado para o programa. Eles ainda pensaram em colocar fogo nele. Ele foi encontrado morto na própria cama de bruços, ajoelhado, sem short e sem camisa”. Ranielson “foi encontrado enforcado com as mãos e pés amarrados; além disso, o seu pênis foi arrancado e colocado na sua boca.” Daniel Santos foi encontrado dentro do banheiro do acusado, amarrado, deitado, com vários golpes de faca de serra de cozinha. Foi socorrido, mas morreu na ambulância. A vítima convidou o acusado para fazer um programa e acertou pagar R\$ 100,00. Depois do programa a vítima não pagou e foi morta pelo acusado. Gabriel era travesti.<sup>9</sup>

A brutalidade atravessa o retrato dos assassinatos de lésbicas, gays, travestis e transexuais; e é perceptível a maneira como a violência está intimamente ligada à construção do movimento LGBT. Essa violência, por ora inexplicável e ininteligível, preenche as lacunas para que o movimento possa classificar esses crimes como crimes de ódio, ou crimes de “homofobia”. As 106 facadas ou o pênis colocado na boca após a morte da vítima dizem muito sobre essas mortes. O *modus operandi* desses crimes ou o lugar geográfico das lesões se dão de forma injustificada e, são esses elementos de crueldade que diferenciam os crimes de ódio dos crimes comuns ou mesmo dos crimes passionais. Portanto, “é nos interstícios entre o excessivo e o inexplicável que a homofobia se constrói” (EFREM FILHO, 2013, p. 14).

Apenas a homofobia não seria capaz de explicar o inexplicável, mas ela oferece uma vinculação entre essa violência brutalizante e a sexualidade. A materialização da sexualidade se faz forjada pela violência, relacionando-se com estéticas específicas de vivência da sexualidade. A brutalização dos corpos, dessa forma, se constrói juntamente à brutalização da sexualidade e do território em que esta, por esses sujeitos, é vivida, pois a sexualidade marginalizada se materializa em territórios também marginalizados, fazendo com que a marginalidade da sexualidade se entrecruze com outras marginalidades, (EFREM FILHO, 2013) sejam elas a prostituição ou o crime, por exemplo.

Os padrões da heteronormatividade<sup>10</sup> impelem os sujeitos que não se enquadram nesses padrões sejam “proporcionalmente mais atingidos por diferentes modalidades de violência e discriminação” (CARRARA; VIANA, 2006). Também as relações de classe e raça influem na forma como a vivência marginalizada da sexualidade se relaciona com a violência e até mesmo com esse processo de marginalização das relações, bem como a maneira que a violência é exercida, socialmente codificada e punida.

---

<sup>7</sup> Dados disponibilizados pela Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do estado da Paraíba em relatórios anuais elaborados pela secretaria em conjunto com a Delegacia Especializada Contra Crimes Homofóbicos do estado da Paraíba.

<sup>8</sup> Todos os nomes adotados neste estudo são fictícios, com o intuito de proteger a identidade das vítimas.

<sup>9</sup> A descrição dos casos tem por base os inquéritos policiais disponibilizados pela Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba e pela Delegacia Especializada contra Crimes Homofóbicos entre os anos de 2011 a 2014.

<sup>10</sup> Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral.” (BERLANT; WARNER, 2002, p. 230)

Esses relatórios não são só uma estratégia do movimento LGBT brasileiro. O movimento de mulheres e o movimento negro também realizam a contagem de seus/suas mortos/as a fim de humanizar essas mortes e afastar o discurso de “normalidade” que transpassa essas mortes. A descrição precisa das brutalidades como a própria contagem são utilizadas a fim de mostrar que a violência faz parte do cotidiano desses sujeitos, justificando a constante luta por direitos e, de alguma forma, desconstruindo discursos de preconceito, de relativização das mortes e de invisibilização dos sujeitos que são reiteradamente repetidos na sociedade, seja pelas autoridades, pela grande mídia ou pelo cotidiano dos/as cidadãos/ãs.

Tratando especificamente dos assassinatos de sujeitos LGBT, as autoridades, em geral, atribuem a não resolução desses casos à falta de informações sobre a vítima e sobre os/as possíveis executores/as do crime. Isso se dá, ainda segundo as autoridades, pelo fato de que esses crimes ocorrem majoritariamente em locais “ermos” e em favelas (CARRARA; VIANNA, 2006), o que dificultaria a conclusão dos inquéritos. Quando há testemunhas, estas se calam por diversos fatores, dentre os quais o medo de represália por parte do/a criminoso/a.

Frente ao alarmante número de agressões sofridas por cidadãos e cidadãs LGBT, número esse que cresce e se torna mais assustador a cada dia, assiste-se a uma proposital inércia do Poder Público em solucionar devidamente os crimes dos quais foram vítimas pessoas que fogem aos padrões de sexualidade e gênero socialmente construídos. A marginalização desses indivíduos, que decorre exatamente da falta de oportunidades sociais e profissionais, o que contribui consideravelmente para a falta de interesse das autoridades em coibir e punir a violência característica do ódio aos sujeitos LGBT. A expressiva maioria dos casos de homicídios que vitimam lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros ocorre em locais de subsocialização, como pontos de tráfico de drogas, de prostituição e encontros às escondidas com fins sexuais (a exemplo de garotos de programa que, frequentemente, identificam-se como heterossexuais, mas mantêm relações homossexuais com outros homens a fim de recompensas de valor monetário).

No entanto, ao analisar de maneira mais detalhada as investigações das mortes dos sujeitos LGBT, é possível observar a ausência de interesse e de comprometimento dos/as responsáveis pela condução da investigação como um todo. Por combinarem orientação sexual e/ou identidade de gênero considerada desviante com fatores sociais marginalizantes, o assassinato dessas pessoas acaba por ser “naturalizado”, ou seja, tratado como consequência natural da vida promíscua, desregrada e amoral que esses sujeitos levam (CARRARA; VIANA, 2006). A pouca credibilidade social de que esses sujeitos gozam faz com que sua humanidade seja, de alguma forma, relativizada. Ademais, assumir esses homicídios enquanto crimes de ódio motivados por discriminação sexual e/ou de identidade de gênero é praticamente impossível para as autoridades policiais e judiciárias, isso porque, além da *invisibilização* social que os sujeitos LGBT sofrem, as mortes vêm carregadas de outros tantos motivos, como dívida decorrente de tráfico de drogas, acerto de contas com a travesti que se prostituía na rua, prejuízo financeiro do garoto de programa que não fora devidamente pago pelo homossexual que o contratara, etc. Tudo isto sempre interligado ao cotidiano de pessoas pobres e comumente negras, motivo pelo qual se assume a morte tão somente como crime “comum”, como um perigo constante a que se submetem cidadãos e cidadãs da classe pobre/marginalizada/invisibilizada. Em meio a essas invisibilidades, crimes que atentam a essa população tendem a passar despercebidos; essa especificidade ou mesmo os porquês de tais violências se perdem em meio a noticiários e a uma mídia que pouco se importa com tal população e com o respeito à diversidade sexual e de gênero.

A invisibilidade e a tentativa de descaracterização desses crimes como crimes de ódio, colocando-os como meros crimes comuns, coloca, para a comunidade LGBT, a necessidade de "provar" que realmente existe uma situação de vulnerabilidade específica desse grupo e que as especificidades desses crimes se forjam a partir das características de brutalidade e futilidade perpassadas em tais violências.

Como forma de resposta à onda de violência e de invisibilidade, o movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros passou a divulgar números de assassinatos de sujeitos que se identificam com uma (ou mais de uma) das letras da sigla LGBT. A denúncia articulada e sistemática dos crimes contra estes sujeitos se faz contemporaneamente a partir do desenvolvimento de relatórios de crimes lesbo-homo-bi-transfóbicos. Estes relatórios cumprem a importante missão de trazer visibilidade aos delitos provocados pelo ódio ao considerado "diferente", "desviante" e correspondem a uma estratégia utilizada pelo movimento LGBT como forma de mostrar a violência cotidiana a que esses indivíduos são expostos simplesmente por serem quem são.

As imagens de brutalidade trazidas aos relatórios, mas também os relatórios propriamente ditos, participam da construção do sujeito político do movimento. (...) Em outras palavras, os mortos e as violências integram o Movimento LGBT. Eles são ressuscitados, em discurso, para legitimar a permanência da necessidade da política. (...) Nesse contexto, os mortos conjugam verbos. (EFREM FILHO, 2013, p. 5).

A estratégia de "contar os mortos" e de sistematizar a quantidade e as formas de violência que atingem a população LGBT em relatórios como este surge em meio a esse descaso e à (des)informação que é passada todo dia à população, de maneira a alimentar e pregar ainda mais o ódio aos/as LGBT.

Os dados coletados ano a ano assustam e revelam a importância da "contagem" dos/as mortos/as como uma maneira, não só de não esquecer-los/as, mas também de chamar a atenção para o que ocorre cotidianamente nas relações destes sujeitos, para que assim se possa tentar proteger os/as demais cidadãos/ãs LGBT e chamar a atenção das autoridades para um problema que é latente.

Próximos ou distantes, os mortos são contados e o *modus operandi* da violência passa a ser detalhadamente conhecido pelos militantes. No recurso às mortes, as vidas dos mortos são esquadrihadas em socorro às vidas dos vivos. Vidas e mortes, assim, acham-se dialeticamente comprometidas. (EFREM FILHO, 2013, p. 5).

Os relatórios de assassinatos tornam-se, assim, uma das principais armas de tal comunidade para reivindicação de direitos perante o Poder Público. Esse arquivo e a posterior divulgação de dados farão, de forma mais concreta, com que as autoridades das três esferas de poderes, bem como a população em geral, atentem para a gravidade da situação e, principalmente, para que haja a conquista de direitos e garantia do exercício pleno da cidadania. Tais relatórios são, por conseguinte, fundamentais para a construção de material estatístico e de conteúdo crítico o suficiente para demonstrar ao Poder Público a urgência da criação de políticas públicas e garantias legislativas que assegurem os direitos à diversidade sexual e de gênero e, principalmente, a prevenção e combate a homo-lesbo-bi-transfobia.

Para Silveira Ramos e Sérgio Carrara, que analisaram a constituição de tais crimes e sua relação com o ativismo e elaboração de políticas públicas,



esses registros, formados na sua grande maioria por notícias publicadas em jornais, e secundariamente por comunicação de militantes, 11 foram divulgados por meio de dossiês que se tornaram célebres e permitiram conhecer e denunciar crimes violentos contra homossexuais, sobretudo a partir dos anos 1990. Em grande medida, as denúncias sistemáticas de assassinatos de homossexuais estimuladas pelo GGB ajudaram a romper o silêncio sobre o assunto. (CARRARA; RAMOS, 2006).

A LGBTfobia se forja na descaracterização desses/as sujeitos/as como seres humanos, brutalizando seus corpos e objetificando seus comportamentos sexuais e de gênero. A denúncia da LGBTfobia por parte do movimento LGBT visa, portanto, à conquista da efetivação de direitos fundamentais, ligados à dignidade da pessoa humana, isto é, ao direito a uma vida digna independentemente de orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Como não poderia deixar de ser, o Movimento LGBT da Paraíba, especialmente o Movimento do Espírito Lilás (MEL), adotou a estratégia de realização desses relatórios, conforme já explicitado. Assim, a construção de um relatório atual surge em uma parceria entre o movimento LGBT da Paraíba e o NEP- Flor de Mandacaru, enquanto representação acadêmica da UFPB, somando forças de extrema importância que possibilitam o diálogo entre universidade e sociedade para a construção de conhecimento que realmente interfira na realidade e provoque mudanças necessárias.

Nessa experiência em andamento percebe-se que, tanto para o movimento quanto para o núcleo de extensão, a atividade de sistematização das mortes de LGBT na Paraíba é a materialização de uma estratégia política para a luta pelo reconhecimento de direitos. A contagem dos mortos é necessária para a proteção e engajamento na luta dos que ainda permanecem vivos. Torna-se, portanto, uma prática que, conjugada com as lutas diárias, sejam essas institucionalizadas, sejam nas ruas, deve também integrar as lutas do movimento LGBT.

## **Conclusão:**

Sem dúvidas, a construção dos relatórios de assassinatos LGBT se coloca como importante instrumento de luta na busca pelo reconhecimento de direitos para estes sujeitos. Esses relatórios assumem um importante papel no processo de “desnaturalização” do discurso de preconceito contra aqueles/as que vivem sua sexualidade fora dos padrões heteronormativos como visam a dar maior visibilidade à violência, as brutalidades e as opressões que se entrecruzam com a vivência da sexualidade e que fazem parte do cotidiano do movimento LGBT. Desta forma, a contagem dos/as mortos/as busca a legitimação de novas lutas e procura denunciar, de forma pragmática as opressões de gênero e sexualidade.

Importante frisar que se reconhece esta como mais uma estratégia de luta, o que não afasta a importância de outros instrumentos de luta pela efetivação de direitos fundamentais e de combate ao preconceito e a LGBTfobia. É igualmente importante e necessário que o movimento continue a luta nas ruas com o fim de denunciar e combater as opressões, sejam elas de classe, raça, gênero ou sexualidade que costumam o cotidiano dos sujeitos, principalmente daqueles mais subalternizados.

A importância do processo de construção desses relatórios vem também na perspectiva de compreender os paradoxos sociais que perpassam as conquistas do

movimento LGBT. Apesar do avanço das políticas públicas, da aprovação da união civil homoafetiva e do espaço que esses sujeitos, aos poucos, conquistam na sociedade, é latente ainda a violência que estas pessoas sofrem, como é visível o avanço de discursos de ódios pautados num conservadorismo desproporcional que acaba por legitimar as violências sofridas pelos sujeitos LGBT, propagando o discurso de reativização e naturalização das mortes, das violências, das opressões, como da culpabilização da vítima, pois esta, segundo os padrões conservadores, vivia uma “vida errada”.

Com o intuito de minimizar a repetição reiterada desses discursos de ódio, vê-se a importância da inserção desse debate nas universidades, através de uma prática libertadora, fazendo da universidade mais um espaço de construção das lutas e da desconstrução de preconceitos.

## Referências:

ALMEIDA, Ana Lia. **A atuação dos grupos e Assessoria Jurídica Universitária Popular junto às organizações populares**. In: Oliveira, A.; MOURA, A. e SANTOS, J. (Orgs). Do sonho ao acontecer: 10 anos de NAJUPAK. Belém: PROEX-UFGPA, 2014.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. **A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres**. In: Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública. VENTURINI; GODINHO (Org.). São Paulo, 2013.

BERGAMIN, Marta de Aguiar; DE ALENCAR, Yasmim Nóbrega. **Heterossexualidade obrigatória e violências contra LGBTs na cidade de São Paulo**. In: II Seminário de Pesquisa da FESPSP. São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://www.fespsp.org.br/seminario2013/artigos/IIseminarioPesquisa\\_YasmimN%C3%B3brega.pdf](http://www.fespsp.org.br/seminario2013/artigos/IIseminarioPesquisa_YasmimN%C3%B3brega.pdf)>

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. **“Tá lá o corpo estendido no chão...”**: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. In: PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v16n2/v16n2a06.pdf>>. Acesso em: 02/11/2014.

CARRILLO, Jesús. **Entrevista com Beatriz Preciado**. Tradução: Gisele Ribeiro In: Revista Poiesis, n 15, p. 47-71, Jul. de 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.poiesis.uff.br/PDF/poiesis15/Poiesis\\_15\\_EntrevistaBeatriz.pdf](http://www.poiesis.uff.br/PDF/poiesis15/Poiesis_15_EntrevistaBeatriz.pdf)>. Acesso em: 06/10/2014.

DORZIAT, Luana. **O preço da produtividade: direito e violência nas trincheiras de um conflito territorial**. Monografia de conclusão de curso orientada por Roberto Efrem Filho. João Pessoa: UFPB, 2014.

DOUZINAS, Costa. **Os Paradoxos dos direitos humanos**. In: Anuário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos/UFG. Pensar os Direitos Humanos: desafios à educação nas sociedades democráticas. Vol1. Goiânia, 2011.

EFREM FILHO, Roberto. **Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT**. In: 37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS: Associação Nacional

de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. SPG 15 – Sexualidade e Gênero: espaço, corporalidades e relações de poder. São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8743&Itemid=429](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8743&Itemid=429)>. Acesso em: 06/10/14.

FREIRE, Paulo. **“Educação e Mudança”**. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. **A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre o ativismo e a academia na elaboração de políticas públicas**. In: PHYSYS: Ver. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v16n2/v16n2a04>>. Acesso em: 04/10/2014.